

Companhia Energética Candeias

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Candeias

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Candeias ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Candeias em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a receita líquida da Companhia consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contabilizou receita de venda de energia no valor de R\$417.446 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita fixa e da receita variável sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências satisfatórias de auditoria obtidas, consideramos que os processos e julgamentos efetuados pela Administração da Companhia para suportar o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 20 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.002	8.234	Fornecedores	15	5.420	50.048
Depósitos bancários vinculados	6	8.912	8.912	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	124.434	77.630
Contas a receber	5	30.187	75.730	Obrigações sociais e trabalhistas		2.089	1.535
Adiantamentos a fornecedores		340	616	Obrigações tributárias	17	3.664	3.794
Impostos a recuperar	7	1.822	367	Dividendos a pagar	19	46.645	14.584
Estoques	9	40.995	46.005	Outras contas a pagar		<u>10.679</u>	<u>8.873</u>
Partes relacionadas	10	-	197	Total dos passivos circulantes		<u>192.931</u>	<u>156.464</u>
Outras contas a receber	14	<u>11.617</u>	<u>9.512</u>				
Total dos ativos circulantes		<u>104.875</u>	<u>149.573</u>	NÃO CIRCULANTES			
NÃO CIRCULANTES				Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	181.841	208.586
Depósitos bancários vinculados	6	26.608	27.966	Adiantamento para futuro aumento de capital	19	4.150	-
Impostos a recuperar	7	292	63	Outras contas a pagar		<u>8.801</u>	<u>8.933</u>
Estoques	9	7071	-	Total dos passivos não circulantes		<u>194.792</u>	<u>217.519</u>
Impostos diferidos	8	29.832	37.227	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Depósitos judiciais	18	118	87	Capital social	19	131.621	179.383
Imobilizado	11	503.578	528.293	Reservas de lucros		<u>155.402</u>	<u>192.665</u>
Intangível	13	1.222	1.442	Total do patrimônio líquido		287.023	372.048
Diferido	12	<u>1.150</u>	<u>1.380</u>				
Total dos ativos não circulantes		569.871	596.458				
TOTAL DOS ATIVOS		<u>674.746</u>	<u>746.031</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMONIO LIQUIDO		<u>674.746</u>	<u>746.031</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	374.763	436.135
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	21	(245.666)	(328.888)
LUCRO BRUTO		<u>129.097</u>	<u>107.247</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	21	(17.381)	(17.588)
Honorários dos Administradores	21	(2.360)	(2.216)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	231	605
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>109.587</u>	<u>88.048</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	4.038	4.194
Despesas financeiras	22	(25.820)	(31.823)
Variação cambial líquida	22	<u>200</u>	<u>(125)</u>
Total		(21.582)	(27.754)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>88.005</u>	<u>60.294</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(21.090)	(14.481)
Imposto de renda e contribuição social corrente diferidos	23	(7.395)	(5.963)
Incentivo fiscal do imposto de renda	23	<u>14.606</u>	<u>10.068</u>
Total		(13.879)	(10.376)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>74.126</u>	<u>49.918</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		1,133	0,685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	74.126	49.918
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>74.126</u>	<u>49.918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		179.383	10.744	71.922	69.420	-	331.469
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	49.918	49.918
Destinação do lucro:							
Reserva legal	19	-	2.496	-	-	(2.496)	-
Reserva de incentivo fiscal	19	-	-	10.068	-	(10.068)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,24 por lote de mil ações)	19	-	-	-	-	(9.339)	(9.339)
Reserva de lucros retidos	19	-	-	-	28.015	(28.015)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		179.383	13.240	81.990	97.435	-	372.048
Resgate de ações preferenciais	19	(47.762)	-	-	-	-	(47.762)
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	74.126	74.126
Destinação do lucro:							
Reserva legal	19	-	3.706	-	-	(3.706)	-
Reserva de incentivo fiscal	19	-	-	14.606	-	(14.606)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,27 por lote de mil ações)	19	-	-	-	-	(13.954)	(13.954)
Dividendos adicionais distribuídos (R\$1,89 por lote de mil ações)	19	-	-	-	(97.435)	-	(97.435)
Reserva de lucros retidos	19	-	-	-	41.860	(41.860)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		131.621	16.946	96.596	41.860	-	287.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		74.126	49.918
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11, 12, 13 e 21	28.846	28.647
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	11	452	1.130
Variação cambial líquida	22	(200)	125
Encargos sobre contrato de mútuo		2	-
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	16	22.502	28.155
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	16	2.561	2.502
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	7.395	5.963
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		45.543	(6.957)
Adiantamentos a fornecedores		276	14.843
Estoques		(2.061)	(9.468)
Impostos a recuperar		(34.785)	(239)
Outras contas a receber		(2.105)	(4.526)
Depósitos judiciais		(31)	(53)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(44.428)	12.578
Impostos a recolher		39.268	5.484
Impostos de renda e contribuição social pagos		(6.297)	(6.297)
Obrigações sociais e trabalhistas		554	104
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	(19.868)	(24.274)
Outras contas a pagar		1.674	(1.511)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>113.424</u>	<u>96.124</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	11	(4.083)	(1.823)
Aquisição de intangível	13	(50)	(163)
Depósitos bancários vinculados		1.358	5.647
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento		<u>(2.775)</u>	<u>3.661</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	19	(79.328)	(260)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	4.150	-
Resgate de ações preferenciais	19	(47.762)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	110.000	-
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(842)	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(94.294)	(91.807)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		195	18
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(107.881)</u>	<u>(92.049)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.768</u>	<u>7.736</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	8.234	498
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	11.002	8.234
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.768</u>	<u>7.736</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Candeias ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 10.508.162/0001-99, controlada pela Global Participações em Energia S.A. ("GPE"), constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização do Ministério das Minas e Energia, mediante as Portarias nº 353, de 20 de dezembro de 2007, e nº 342, de 6 de dezembro de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Unidades Termoelétricas - UTEs denominadas Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), respectivamente, em Candeias, Bahia, com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulatório decorrentes do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 2007, válidos até o ano de 2024.

As UTEs Global I e Global II entraram em operação comercial em maio de 2010.

Em virtude dos compromissos de curto prazo assumidos para a construção, manutenção e operação das termoelétricas, a Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2019, capital circulante líquido negativo em R\$88.056 (negativo R\$6.891 em 31 de dezembro de 2018). No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere às obrigações contraídas com instituições financeiras, decorrentes de empréstimos, financiamentos e debêntures,, dividendos a pagar e reflete as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Com a publicação da Resolução Normativa 827/2018 em 21/08/2018, a ANEEL estabeleceu as regras definitivas para penalidade por falta de combustível na geração de energia elétrica das usinas que operam em caráter de disponibilidade, compatibilizando-as com as penalidades previstas nos contratos de fornecimento de combustível com as distribuidoras. Dessa forma, prevê-se extinguir os sucessivos aditamentos aos contratos de fornecimento de óleo combustível com a Petrobras Distribuidora S.A.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas com regularidade ao longo dos anos 2019 (despacho concentrado no 1º semestre) e 2018. Com isto, a Companhia obteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, receita bruta de geração variável de R\$183.705 (2018 R\$256.195), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$238.916 (2018, R\$229.270).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2020, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia no curso normal de suas atividades, e inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida desde o faturamento, com base nas performances históricas de recebimento registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do contas a receber.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 12.

Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição. Trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realiza, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180/07, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estava atuando como agente ou principal e concluiu que estava atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia celebrada com as distribuidoras no ambiente regulado por ocasião do segundo leilão de energia nova realizado em 2007. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia aplicou emendas e novas interpretações, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019, conforme descrito a seguir:

<u>Norma</u>	<u>CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil</u>
<u>Vigência</u>	<u>1º de janeiro de 2019</u>
Principais pontos introduzidos pela norma	Esta norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização destes dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe efeitos para a Companhia.

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa e bancos	3	2
Aplicações financeiras de alta liquidez	10.999	8.232
Total	<u>11.002</u>	<u>8.234</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 62% a 116,44% (62% a 116,44% em 2018) da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Valores a vencer	8.831	12.292
Valores a faturar	21.356	63.438
Total	<u>30.187</u>	<u>75.730</u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo, na modalidade "spot".

A Companhia, consubstanciada na análise do contas a receber, não tem expectativa de perdas na realização do contas a receber.

Em outubro de 2018, a Companhia firmou com o Operador Nacional do Sistema Elétrico "ONS" um contrato para prestação de serviços ancilares (CPSA), para despacho complementar para manutenção da Reserva de Potência Operativa (RPO).

Em razão de uma situação transitória de mercado de curto prazo "MCP", decorrente da judicialização de operações do Setor Elétrico no "MCP", a Companhia pode aproveitar da oportunidade disponível buscando agentes do mercado que assumam estes créditos oriundos das operações de CPSA, viabilizando a realização financeira tempestiva de parte (ou mesmo total) do faturamento, em troca do pagamento de um percentual de deságio.

Em função desta nova modalidade todas as receitas passaram a ser de curto prazo.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	2019	2018
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	35.520	36.878
Circulante	8.912	8.912
Não circulante	26.608	27.966
Total	<u>35.520</u>	<u>36.878</u>

Aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituição financeira credora, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), as quais deverão ser mantidas até o seu vencimento, com remuneração equivalente a 98% do CDI (98% do CDI em 2018).

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2019	2018
IRPJ	109	-
IRRF	1.547	176
CSLL	22	22
PIS sobre ativo imobilizado	52	11
COFINS sobre ativo imobilizado	240	52
Outros	144	169
Total	<u>2.114</u>	<u>430</u>
Circulante	1.822	367
Não circulante	292	63
Total	<u>2.114</u>	<u>430</u>

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

CEC	Alíquota	2019	2018
Prejuízos fiscais acumulados		87.750	114.431
Bases negativas acumuladas		88.404	114.833
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(7.309)	(8.660)
Despesas pré-operacionais		3.012	3.614
P&D - pesquisa e desenvolvimento		9.174	-
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		<u>83.453</u>	<u>109.385</u>
Total de bases negativas e diferenças temporárias		93.281	109.787
Imposto de renda	25%	20.863	27.346
Imposto de renda	6,25%	574	-
Contribuição social	9%	8.395	9.881
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>29.832</u>	<u>37.227</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		34.019	40.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(4.187)</u>	<u>(2.945)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>29.832</u>	<u>37.227</u>
Efeito no Resultado		<u>(7.395)</u>	<u>(5.963)</u>

A expectativa da realização das diferenças temporárias, conforme o plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia, está apresentada a seguir:

	2019					2018
	Prejuízo fiscal	Base negativa	Diferido	Custo de captação	P&D/PLR	Total
2019	-	-	-	-	-	9.772
2020	6.266	2.256	205	(453)	280	11.039
2021	9.305	3.350	205	(453)	280	12.069
2022	6.367	2.350	205	(453)	280	4.941
2023	-	-	205	(453)	280	(682)
2024 em diante	-	-	204	(673)	279	204
Total	<u>21.938</u>	<u>7.956</u>	<u>1.024</u>	<u>(2.485)</u>	<u>1.399</u>	<u>37.343</u>

9. ESTOQUES

	2019	2018
Combustível	19.808	18.987
Almoxarifado de peças para manutenção	26.813	25.676
Adiantamento a fornecedor	722	712
Outros estoques	723	630
Total	<u>48.066</u>	<u>46.005</u>
Circulante	40.273	46.005
Não circulante	7.071	-
Total	<u>47.344</u>	<u>46.005</u>

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2019		2018		
	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Conta corrente (a)</u>					
Global Participações em Energia S.A.	-	2	197	-	-
Total	-	2	197	-	-
<u>Fornecedor (b)</u>					
Global Engenharia LTDA	2.615	(37.058)	-	3.316	(40.303)
Total	2.615	(37.058)	-	3.316	(40.303)
<u>Dividendos a pagar (c)</u>					
Global Participações em Energia SA	41.514	-	-	12.896	-
Fernando W. Magalhaes Filho	4.664	-	-	1.018	-
Djalma Nunes Fernandes	467	-	-	386	-
Jones Aranha de Sá	-	-	-	284	-
Total	46.645	-	-	14.584	-
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital (d)</u>					
Global Participações em Energia S.A	3.693	-	-	-	-
Fernando W. Magalhaes Filho	415	-	-	-	-
Djalma Nunes Fernandes	42	-	-	-	-
Total	4.150	-	-	-	-
Circulante	49.260		197	17.900	
Não Circulante	4.150		-	-	
Total	<u>53.410</u>		<u>197</u>	<u>17.900</u>	

(a) Referem-se à conta corrente com as partes relacionadas, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, e são decorrentes de pagamentos de despesas reembolsáveis.

(b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

(c) Dividendos a pagar aos acionistas.

(d) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinados durante o ano de 2019, os quais serão integralizados ao capital em 2020.

A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram pagos R\$2.360 (R\$2.216 em 2018) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

11. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	20%	-	-	-	
<u>Custo corrigido</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.098	214.048	1.176	492.664	869	2.803	43	1.791	717.492
Adições	-	-	1	90	10	1.688	-	34	1.823
Baixa	-	-	-	-	(8)	(1.122)	-	-	(1.130)
Transferências	-	-	50	1.460	86	(1.597)	-	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.098	214.048	1.227	494.214	957	1.772	43	1.826	718.185
Adições	-	18	8	180	22	3.855	-	-	4.083
Baixa	-	-	-	-	-	(452)	-	-	(452)
Transferências	-	308	81	1.871	29	(2.492)	-	203	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.098	214.374	1.316	496.265	1.008	2.683	43	2.029	721.816
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(33.401)	(415)	(127.244)	(374)	-	(43)	(253)	(161.730)
Adições	-	(4.802)	(122)	(23.054)	(93)	-	-	(91)	(28.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(38.203)	(537)	(150.298)	(467)	-	(43)	(344)	(189.892)
Adições	-	(4.808)	(127)	(23.211)	(105)	-	-	(95)	(28.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(43.011)	(664)	(173.509)	(572)	-	(43)	(439)	(218.238)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2019	4.098	171.363	652	322.756	436	2.683	-	1.590	503.578
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2018	4.098	175.845	690	343.916	490	1.772	-	1.482	528.293

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2019. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

A Companhia possui terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$498.218 em 31 de dezembro de 2019 (R\$523.860 em 31 de dezembro de 2018), líquidos de depreciação.

12. DIFERIDO

	2019	2018
Despesas pré-operacionais	3.374	3.374
Amortização acumulada	(2.224)	(1.994)
Total	<u>1.150</u>	<u>1.380</u>

Gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,82% ao ano, período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

13. INTANGÍVEL

		2019		2018	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	2.162	(1.570)	592	684
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.771	(1.141)	630	758
Total		<u>3.933</u>	<u>(2.711)</u>	<u>1.222</u>	<u>1.442</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.534			
Adições		163			
Amortização		(255)			
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>1.442</u>			
Adições		50			
Amortização		(270)			
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>1.222</u>			

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 15,03% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia vigente até 2024.

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Pesquisa e desenvolvimento	11.161	8.072
Adiantamento a funcionários	42	30
Despesas antecipadas	410	1.406
Outras contas a receber	4	4
Total	<u>11.617</u>	<u>9.512</u>

15. FORNECEDORES

	2019	2018
Abdelhafid Mokdad	-	66
Amazonia Transportes	248	299
Diesel Expert Quebec	150	-
Geriba Energy Trading Comercializadora	320	-
Global Engenharia Ltda	2.615	3.316
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	544	568
Petrobrás Distribuidora S.A.	69	43.313
Sompo Seguros S.A.	-	456
Total Lubrificantes do Brasil Ltda	100	479
Wartsila (Brasil e Filandia)	56	8
Outros fornecedores	1.318	1.543
Total	<u>5.420</u>	<u>50.048</u>

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	2019	2018
Banco Itaú - debêntures (a)	mai/19	CDI +	-	-	-	-	9.830
(-) Custos de transação		2,05%a.a.	-	-	-	-	(142)
Subtotal			-	-	-	-	9.688
Banco do Nordeste - Financiamento (b)	jun/25	10%a.a.	75	25.692	115.613	141.380	181.279
(-) Custos de transação			-	(1.336)	(5.999)	(7.335)	(8.668)
Subtotal			75	24.356	109.614	134.045	172.611
SUDENE (c)	dez/31	TJLP +	1.840	3.168	55.387	60.395	61.555
Subtotal		1%a.a.	1.840	3.168	55.387	60.395	61.555
Banco Itaú - financiamentos (d)	out/19	CDI +	-	-	-	-	16.298
(-) Custos de Transação		3,45%a.a.	-	-	-	-	(423)
Subtotal			-	-	-	-	15.875
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (e)	abr/20	CDI +	-	-	-	-	26.954
(-) Custos de Transação		2,70%a.a.	-	-	-	-	(467)
Subtotal			-	-	-	-	26.487
Banco Itaú S.A. - debêntures (f)	fev/21	CDI +	2.480	93.077	16.924	112.481	-
(-) Custos de Transação		1,25%a.a.	-	(562)	(84)	(646)	-
Subtotal			2.480	92.515	16.840	111.835	-
Total			<u>4.395</u>	<u>120.039</u>	<u>181.841</u>	<u>306.275</u>	<u>286.216</u>
Circulante			4.395	120.039	-	124.434	77.630
Não circulante			-	-	181.841	181.841	208.586
Total			<u>4.395</u>	<u>120.039</u>	<u>181.841</u>	<u>306.275</u>	<u>286.216</u>

- (a) Refere-se a 10.500 debêntures, emitidas na 2ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$105.000, com vencimento em 23 de maio de 2019, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,05% ao ano, do qual foi totalmente quitado.
- (b) Em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025.
- (c) Em 25 de abril de 2010, foi contratado empréstimo-ponte com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$76.953 e encargos financeiros correspondentes a 130% da variação do CDI ao ano, o qual foi renovado até 25 de outubro de 2012. Em 4 de junho de 2012, a Administração renegociou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e alterou o perfil da dívida, por meio de nova cédula de crédito perante a SUDENE, aumentando o prazo para pagamento para 19 anos e alterando a taxa de juros para Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescido de 1% ao ano.
- (d) Em 20 de outubro de 2016, foi contratado um empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$48.713 e encargos correspondentes a 4,09% ao ano mais CDI com carência total de quatro meses, sendo o primeiro pagamento trimestral em 24 de fevereiro de 2017 e vencimento em 25 de outubro de 2019. O empréstimo foi renegociado em 27 de julho de 2017 em virtude da incorporação da Candeias Energia S.A. pela Companhia Energética Candeias no montante de R\$36.056 e encargos correspondentes a 3,45% ao ano mais CDI, mantendo-se a forma de pagamento trimestral e com vencimento em 25 de outubro de 2019, do qual foi totalmente quitado.
- (e) Refere-se a 5.028 debêntures, emitidas na 3ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. em 12 de abril de 2017 no valor de R\$50.280, com vencimento em 12 de abril de 2020, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 3,5% ao ano. Em 28 de setembro de 2018 foi realizado o 3º aditamento reduzindo o valor do spread para 2,70% ao ano, do qual foi totalmente quitado.
- (f) Refere-se à 11.000 debêntures, emitidas na 4ª emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$10.000,00 cada, totalizando R\$110.000, com vencimento em 24 de fevereiro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,25% ao ano.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	93.678	277.962	371.640
Juros e variações monetárias provisionadas	28.155	-	28.155
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(24.274)	-	(24.274)
Amortização dos custos de captação	2.502	-	2.502
Transferências	69.376	(69.376)	-
Pagamentos de principal	(91.807)	-	(91.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	77.630	208.586	286.216
Captação de empréstimos	76.154	33.846	110.000
Juros e variações monetárias provisionadas	22.502	-	22.502
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(19.868)	-	(19.868)
Captação dos custos de captação	(664)	(178)	(842)
Amortização dos custos de captação	2.561	-	2.561
Transferências	60.413	(60.413)	-
Pagamentos de principal	(94.294)	-	(94.294)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>124.434</u>	<u>181.841</u>	<u>306.275</u>

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	-	35.780
2021	44.366	29.139
2022	27.527	29.139
2023	27.527	29.139
2024 em diante	82.421	85.389
Total	<u>181.841</u>	<u>208.586</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Banco do Nordeste - BNB Financiamento	1	Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações.
	2	Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios de 86,1% dos Recebíveis da Candeias Energia.
	3	Penhor de 139.819.997 (99,87%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Candeias Participações.
	4	Penhor de 180.003 (0,13%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Global Participações.
	5	Penhor das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$245.113.458,74.
	6	Hipoteca em 1º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02.
	7	Interveniente Fiador Commandery Participações S.A.
	8	Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$31.940.692,81.
Sudene - longo prazo	1	Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios 13,9% dos Recebíveis da Candeias Energia.
	2	Interveniente Fiador Global Participações em Energia.
	3	Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$61.728.156,76.
	4	Hipoteca em 2º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02.
	5	Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$1.600.000,00.
Itaú BBA S.A.	1	Aval corporativo da Commandery.
	2	Aval corporativo da GPE.

Em 2019, a escritura de emissão das debêntures prevê o monitoramento anual de dois "covenants" financeiros:

<u>Cláusula restritiva - "covenants"</u>	<u>Índice requerido</u>
Cobertura do serviço da dívida	Maior ou igual a 3,5x

Em 2019, como "covenants" não financeiro, prevê a manutenção do caixa em valor de R\$10.000 ao final do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu todos os "covenants".

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRPJ - Imposto de Renda	-	84
CSLL - Contribuição Social	1.901	1.629
INSS serviços de terceiros	224	302
PIS - Programa de integração social	237	271
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.094	1.254
IRRF serviços de terceiros	24	26
PIS/COFINS/CSLL retidos	169	212
ICMS e DIFAL	1	9
Outros tributos a recolher	14	7
Total	<u>3.664</u>	<u>3.794</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há uma probabilidade de perda avaliada como possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R\$3.621.

Depósito judicial

Trata-se de ação de desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada em desfavor da Bandeirante Química Ltda., com pedido de antecipação liminar imediata de posse do imóvel objeto desta ação. E Ação de Desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada em desfavor de Raimundo Ramos de Andrade, com pedido de antecipação liminar a imissão imediata de posse do imóvel objeto desta ação. Permanecendo em depósito judicial o montante de R\$118.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$131.621 (R\$179.383 em 2018) e estava representado por 51.426.993 ações ordinárias (Em 2018, 72.916.711 ações, compreendendo 51.426.993 ações ordinárias, sem valor nominal, e 21.489.718 ações preferenciais) e distribuído da seguinte forma:

Acionista	2019		
	Quantidade de ações	%	
Global Participações em Energia S.A.	45.770.024	89%	
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	10%	
Djalma Nunes Fernandes Junior	514.270	1%	
Total	51.426.993	100%	

Acionista	2018		
	Quantidade de ações		%
	Ações ON	Ações PN	
Global Participações em Energia S.A.	45.769.924	18.717.660	88,44%
Jones Aranha de Sá	100	1.386.029	1,90%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	-	7,05%
Djalma Nunes Fernandes Junior	514.270	1.386.029	2,61%
Total	51.426.993	21.489.718	100,00%

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Capital Social

Em 26 de agosto de 2019, em Assembleia Geral, foi aprovado o resgate de ações preferenciais no valor de R\$47.762 representadas por 21.489.718 ações preferenciais.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, foi constituída uma reserva legal de R\$3.706 (R\$2.496, em 2018), totalizando R\$16.946 (R\$13.240, em 2018).

Reserva de incentivo fiscal

A Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, este incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$96.596 (R\$81.990, em 2018) e o reconhecimento do incentivo fiscal utilizado no ano no montante de R\$14.606 (R\$10.068, em 2018).

Excesso de reservas de lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$13.282. A destinação desse excesso, foi destinado a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$97.435, deliberada pela assembleia geral de acionistas em 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$23.781.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	74.126	49.918
Quantidade de ação por lote de mil *	65.419	72.917
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>1,441</u>	<u>0,685</u>

*Quantidade ponderada de ações

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	74.126	49.918
Reserva de incentivos fiscais	(14.606)	(10.068)
Reserva legal	(3.706)	(2.496)
Base para dividendos	<u>55.814</u>	<u>37.354</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>13.954</u>	<u>9.339</u>

Em 22 de abril de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Assembleia Geral Ordinária ratifica a destinação dos R\$9.339 (R\$0,73 por lote de mil ações) em dividendos mínimos obrigatórios e adicionais, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais foram totalmente pagos.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho autorizou a distribuição de R\$3.000 (R\$0,05 por lote de mil ações) em dividendos, revertendo saldo da reserva de lucros retidos, os quais foram totalmente pagos.

Em 26 de agosto de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Assembleia Extraordinária autorizou a distribuição de R\$107.196 (R\$2,08 por lote de mil ações) em dividendos complementares aos acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$94.435 e em dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2019, no montante de R\$12.761, os quais foram parcialmente pagos no montante de R\$76.328.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2019 está apresentado a seguir:

Saldo dividendos a pagar 2017	5.505
Dividendos propostos referente a 2018	9.339
Dividendos pagos de 2018	<u>(260)</u>
Saldo dividendos a pagar 2018	14.584
Dividendos propostos referente a 2018	97.435
Dividendos propostos referente a 2019	13.954
Dividendos pagos de 2018	(14.584)
Dividendos pagos de 2019	<u>(64.744)</u>
Saldo dividendos a pagar 2019	<u>46.645</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Receita de venda de energia	417.446	485.465
Deduções de venda		
PIS	(6.941)	(8.021)
COFINS	(31.971)	(36.943)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(3.771)	(4.366)
Total	<u>374.763</u>	<u>436.135</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2019	2018
Custos e despesas com pessoal e administradores	(9.220)	(8.650)
Depreciação e amortização	(28.846)	(28.647)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(17.545)	(16.706)
Custos com manutenção e operação	(198.641)	(282.543)
Arrendamentos e aluguéis	(595)	(992)
Custos e despesas com seguros	(1.035)	(1.057)
Despesas com viagens e comunicações	(271)	(396)
Serviços de terceiros	(1.921)	(2.541)
Assessoria e consultoria	(5.262)	(4.650)
Tributos	(1.169)	(1.993)
Outras despesas (receitas)	(671)	88
Total	<u>(265.176)</u>	<u>(348.087)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(245.666)	(328.888)
Despesas gerais e administrativas	(17.381)	(17.588)
Honorários dos Administradores	(2.360)	(2.216)
Outras receitas operacionais, líquidas	231	605
Total	<u>(265.176)</u>	<u>(348.087)</u>

Neste mesmo ano, a Companhia concluiu muitos projetos que estavam classificados como imobilização em curso, aumentando consideravelmente a depreciação anual.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.312	2.376
PIS e COFINS sobre receita financeira	(197)	(205)
Outras receitas financeiras, líquidas	1.923	2.023
Subtotal	<u>4.038</u>	<u>4.194</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(22.502)	(28.155)
Amortização de custo de captação	(2.560)	(2.502)
Juros sobre contrato de mútuo	(2)	-
Outras despesas financeiras, líquidas	(756)	(1.166)
Subtotal	<u>(25.820)</u>	<u>(31.823)</u>
Variações cambiais líquidas	200	(125)
Total	<u>(21.582)</u>	<u>(27.754)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	88.005	60.294
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(29.922)	(20.500)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Adições	(2.619)	(3.034)
Exclusões	2.378	2.812
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	9.049	6.217
Despesas não dedutíveis	24	24
Subtotal	(21.090)	(14.481)
Incentivos fiscais do imposto de renda	14.606	10.068
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.395)	(5.963)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(13.879)</u>	<u>(10.376)</u>

24. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Vencimento
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e "power house" 1 e 2.	151.077	14/05/2020
Responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O)	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais.	15.000	27/07/2020

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as políticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais. O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração tem a responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. A Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade em a Companhia cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada, e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a este tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de câmbio - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Quanto à escassez de combustível - a Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OCB1) firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2024. Conforme estabelecido em contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Mensuração contábil</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	11.002	-	-	-	-	11.002
Depósito bancários vinculados	Custo amortizado	8.912	-	-	-	26.608	35.520
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	30.187	-	-	-	-	30.187
Outras contas a receber	Custo amortizado	11.617	-	-	-	-	11.617
Total		61.718	-	-	-	-	88.326

<u>Passivos financeiros</u>		<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	Custo amortizado	5.420	-	-	-	-	5.420
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	124.434	46.206	27.527	27.527	80.581	306.275
Dividendos à pagar	Custo amortizado	46.645	-	-	-	-	46.645
Obrigações trabalhistas e sociais	Custo amortizado	2.089	-	-	-	-	2.089
Obrigações tributárias	Custo amortizado	3.664	-	-	-	-	3.664
Outras contas a pagar	Custo amortizado	10.679	-	8.801	-	-	19.480
Total		192.931	46.206	36.328	27.527	80.581	383.573

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, de empréstimos, financiamentos e debêntures e a receita de venda em 31 de dezembro de 2019, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2019. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

<u>Modalidade</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u>			<u>Contábil</u>	<u>Saldo</u>		
		<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>		<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
		<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>		<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
		<u>(*)</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>			<u>25%</u>	<u>50%</u>
<u>Passivo - Empréstimos e financiamentos</u>								
Banco Itaú - debêntures	Alta do CDI	4,59%	5,74%	6,89%	(112.481)	(117.644)	(118.935)	(120.225)
SUDENE	Alta da TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	(60.395)	(64.139)	(65.076)	(66.012)
	Total empréstimos e financiamentos				(172.876)	(181.783)	(184.010)	(186.237)
<u>Ativo - Aplicações financeiras</u>								
Santander FIC FI	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	1	1	1	1
Banco Itaú	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	10.594	11.080	10.959	10.837
Conta reserva BNB	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	4	4	4	4
Título de capitalização	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	400	418	414	409
	Total aplicações financeiras				10.999	11.503	11.378	11.251
<u>Ativo - Depósitos bancários vinculados</u>								
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	35.520	37.150	36.743	36.336
	Total depósitos bancários vinculados				35.520	37.150	36.743	36.336
<u>Receita</u>								
Receita de venda	Baixa do IGP-M	7,30%	5,48%	3,65%	417.446	447.920	440.301	432.683
	Total receita				417.446	447.920	440.301	432.683
* Fonte: Banco Santander					Total líquido	255.569	277.640	267.669
					Efeito no patrimônio líquido	-	22.071	12.100
							2.128	

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$58.118, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$19.734, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$27.864, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.931, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$3.920, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$4.669, com vigência indeterminada.

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2019

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$33.101.

Exercício de 2018

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$38.250.